

8- Autorização para a Realização de operações de crédito dos entes da Federação e Transparência Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000) atribuiu ao Ministério da Fazenda a competência de verificar, na forma definida pelo Senado Federal, o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada um dos entes da Federação, bem como efetuar o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantindo o acesso público das informações (arts. 31 e 32 da LRF). Nessa direção, a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21.12.2001, atribuiu ao Ministério da Fazenda a responsabilidade pelo exame de pedidos de autorização para a realização de operações de crédito dos entes da Federação, revogando a Resolução nº 78, de 01.07.1998, que atribuía a execução de tal atividade ao Banco Central do Brasil.

No âmbito do Ministério da Fazenda, coube à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a execução dessas novas atribuições. Desse modo, durante o ano de 2003, a Secretaria do Tesouro Nacional analisou 431 pedidos de autorização para contratação de operações de crédito, dos quais 402 foram deferidos. Dos 29 restantes, 25 foram arquivados e 4 indeferidos, por não atenderem aos requisitos mínimos previstos nas Resoluções nºs 40, de 20.12.2001 e 43, de 21.12.2001 do Senado Federal ou por desistência do ente proponente. O valor total deferido nesse ano foi de R\$ 3.760.724.793,22.

Na busca da transparência fiscal e em cumprimento aos seus arts. 31 e 32, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio de convênio com a Caixa Econômica Federal, colhe informações relativas ao Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos Estados e de todos os municípios da Federação. Essas informações estão disponibilizadas no *site* da STN (www.stn.fazenda.gov.br/lrf) com informações pormenorizadas sobre as contas de todos os estados e do Distrito Federal e de mais de 4.800 municípios brasileiros.

De cada município que tenha encaminhado as informações é possível saber, no *site*, o total das dívidas de curto e de longo prazo, quanto foi arrecadado de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de Imposto sobre Serviço - ISS, do Fundo de Participação dos Municípios, a cota do Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, quanto recebeu de transferências voluntárias ou se obteve alguma receita de alienação de bens. Informações sobre gastos com pessoal, investimentos realizados e operações de crédito contratadas no período também estarão disponíveis no *site*. Mas, acima de tudo, é possível saber se os municípios, os estados e o Distrito Federal estão cumprindo os limites de dívida e de despesa com pessoal, determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e pelas Resoluções do Senado Federal.

Além da população dessas cidades, que a cada dia passa a ter mais opções de acesso à internet, seja mediante acesso direto, seja pela utilização de terminais instalados em colégios, associações, organizações não-governamentais, prefeituras, bibliotecas, etc., são potenciais usuários dessas informações também os parlamentares, os tribunais de contas, órgãos de controle interno, universidades, instituições financeiras, estudiosos de finanças públicas e a imprensa.

As informações divulgadas pela STN destacam-se pelo pioneirismo, significando grande avanço na direção da transparência das contas públicas, repita-se, um dos princípios fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal.